COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE CRIMES CIBERNÉTICOS E SEUS EFEITOS DELETÉRIOS PERANTE A ECONOMIA E A SOCIEDADE NESTE PAÍS, TENDO EM VISTA (i) QUE A POLÍCIA FEDERAL REALIZOU EM 2014 A OPERAÇÃO BATIZADA DE IB2K PARA DESARTICULAR UMA QUADRILHA SUSPEITA DE DESVIAR PELA INTERNET MAIS DE R\$ 2 MILHÕES DE CORRENTISTAS DE VÁRIOS BANCOS, QUADRILHA ESTA QUE USAVA PARTE DO DINHEIRO DESVIADO PARA COMPRAR ARMAS E DROGAS; (ii) O ÚLTIMO RELATÓRIO DA CENTRAL NACIONAL DE DENÚNCIAS DE CRIMES CIBERNÉTICOS QUE APONTA UM CRESCIMENTO, ENTRE 2013 E 2014, DE 192,93% NAS DENÚNCIAS ENVOLVENDO PÁGINAS NA INTERNET SUSPEITAS DE TRÁFICO DE PESSOAS, E (iii) OS GASTOS DE US\$ 15,3 BILHÕES COM CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL EM 2010 – CPICIBER.

REQUERIMENTO Nº

, DE 2015

Requer convite ao SR. RONALDO LEMOS – Advogado, Professor e Pesquisador em temas de tecnologia e um dos principais criadores do Marco Civil da Internet, para colaborar com o bom andamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhora Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º. do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de **CONVITE** ao **SR. RONALDO LEMOS** – Advogado, Professor e Pesquisador em temas de tecnologia e um dos principais criadores do Marco Civil da Internet, para participar de Audiência Pública visando esclarecer sobre os diversos crimes que podem ser cometidos pela internet, inclusive de propriedade intelectual e, principalmente explanar sobre o Marco Civil da Internet e suas implicações nos Crimes Cibernéticos.

JUSTIFICAÇÃO

O nome ora apresentado servirá para contribuir com esta Comissão de Investigação, considerando que poderá falar dos crimes praticados pela Internet, inclusive crimes de propriedade intelectual, a luz do Marco Civil da Internet, afim de esclarecer os motivos que determinaram a



redução para 06 e 12 meses, o prazo para a guarda dos *logs* de acesso (IPs), inclusive para as Concessionárias de Telecomunicações, as quais já armazenavam estas informações por no mínimo 3 anos.

O Dr. **Ronaldo Lemos**, ora Convidado, é advogado, professor e pesquisador respeitado internacionalmente, especialista em temas como tecnologia, mídia e propriedade intelectual, foi um dos principais nomes que participou da criação da Lei do Marco Civil da Internet. Além disso é professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro e diretor do *Creative Commons Brasil*; é professor titular e coordenador da área de propriedade intelectual da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (FGV/RJ).

Pelas razões acima expostas, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em ___ de ____ de 2015.

Deputado **ODELMO LEÃO**PP - MG